

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16832 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DO FUNDEB COMO INSTRUMENTO DE EQUIDADE E QUALIDADE

Juliana Niesborski - UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ/UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Cliciane de Souza Meduna - UTP - Universidade Tuiuti do Paraná

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPQ

## **POLÍTICAS EDUCACIONAIS E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DO FUNDEB COMO INSTRUMENTO DE EQUIDADE E QUALIDADE**

**RESUMO:** O financiamento da educação é essencial para garantir uma educação de qualidade e reduzir as desigualdades no Brasil. O FUNDEB desempenha um papel importante nesse contexto, assegurando recursos para a educação básica. Ele redistribui de forma mais equitativa os recursos, promovendo a equidade no acesso à educação. No entanto, desafios persistem, como a efetiva aplicação dos recursos e a necessidade de avaliar o impacto do financiamento na qualidade e equidade educacional. Esta pesquisa visa analisar o financiamento da educação no Brasil, com foco no FUNDEB. O objetivo geral deste estudo é analisar a relação entre o financiamento do FUNDEB e os indicadores de qualidade da educação básica nos municípios brasileiros. A metodologia deste estudo consistirá em uma revisão bibliográfica sistemática. Com uma busca sistemática em artigos, livros, dissertações e teses relacionados às políticas educacionais, ao financiamento da educação e ao FUNDEB em bases de dados acadêmicas, periódicos científicos e bibliotecas virtuais.

**Palavras-chave:** Financiamento da educação. FUNDEB. Equidade educacional.

A educação no Brasil é um direito garantido pela Constituição, e o financiamento adequado é fundamental para garantir o acesso universal e a qualidade dos serviços educacionais. No entanto, para Silva (2020), o sistema de financiamento educacional é complexo, com diferentes fontes de recursos provenientes dos governos federal, estaduais e municipais. Nesse contexto, o FUNDEB assume grande importância como um instrumento de financiamento da educação básica. Criado em 2007, o FUNDEB substituiu o Fundef e tem como objetivo principal assegurar recursos para a manutenção e o desenvolvimento da educação básica, abrangendo desde a creche até o ensino médio (COSTA *et al.* 2020).

O FUNDEB é composto por recursos provenientes de impostos e transferências dos estados e municípios, além de uma complementação da União (KARNOPP, 2020) Esses recursos são distribuídos de maneira mais equitativa, considerando fatores como o número de alunos matriculados e as características socioeconômicas das regiões. Uma das principais vantagens do FUNDEB é a redistribuição mais justa dos recursos, buscando equilibrar as disparidades regionais e sociais existentes no país. Essenciais para suprir necessidades básicas das escolas, como a contratação de professores, a aquisição de materiais didáticos, a manutenção das instalações e o desenvolvimento de programas educacionais.

Diante da relevância do FUNDEB como mecanismo de financiamento da educação básica

no Brasil, surge a necessidade de investigar mais a fundo a relação entre os recursos alocados pelo fundo e a qualidade do ensino nos municípios. Compreender como o financiamento do FUNDEB impacta os indicadores de qualidade da educação básica é crucial para direcionar políticas educacionais efetivas e promover avanços significativos no sistema educacional do país.

Busca compreender e analisar conceitos, teorias e evidências existentes sobre o financiamento da educação e o FUNDEB. A revisão bibliográfica sistemática permite a análise detalhada de diferentes perspectivas e contribuições acadêmicas no campo das políticas educacionais. (GIL, 2002)

Diversos modelos e mecanismos têm sido propostos e implementados visando a distribuição eficiente e justa dos recursos disponíveis, incluindo o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Valadares (2022) descreve que um dos modelos utilizados é baseado em necessidades, que busca direcionar mais recursos às escolas e regiões com maiores carências e desafios educacionais. Nesse modelo, critérios como a vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes, índices de desenvolvimento humano, taxa de analfabetismo e outros indicadores são considerados para determinar a alocação dos recursos de forma proporcional às necessidades identificadas.

Além dos modelos baseados em necessidades e equalização, outros critérios e indicadores podem ser considerados na alocação de recursos, como o desempenho acadêmico, a infraestrutura das escolas, a formação dos professores e a demanda por determinados serviços educacionais (GOMES; MELO 2021). A definição desses critérios e a forma como são ponderados podem variar de acordo com a legislação e as políticas educacionais adotadas em cada contexto.

A exploração de diferentes modelos de distribuição de recursos no contexto do financiamento da educação, incluindo o FUNDEB, é fundamental para promover a equidade educacional (SANTOS *et al.* 2022). A análise de modelos baseados em necessidades, modelos de equalização e critérios de alocação permite compreender os desafios e as oportunidades relacionados à distribuição eficiente e justa dos recursos educacionais. Essa análise contribui para a formulação de políticas educacionais mais equitativas, visando garantir a qualidade da educação e o acesso igualitário às oportunidades educacionais.

As políticas educacionais abrangem uma ampla gama de áreas, desde a alocação de recursos financeiros até a implementação de programas e iniciativas que visam a melhoria da qualidade educacional e a promoção da equidade (SANTOS, 2023).

Julião *et al.* (2022) apontam que um dos principais impactos das políticas educacionais está relacionado ao desempenho acadêmico dos estudantes. O financiamento adequado proporcionado pelo FUNDEB permite investimentos em recursos pedagógicos, capacitação de professores, programas de tutoria e acompanhamento, entre outros. Essas medidas podem contribuir para melhorar os resultados educacionais, elevar os índices de proficiência dos alunos em diferentes disciplinas e fortalecer a aprendizagem como um todo (MENIN, 2022).

Além disso, Leite (2019) descreve que com o financiamento do FUNDEB, é possível investir na construção e reforma de escolas, na aquisição de equipamentos modernos, na melhoria das condições físicas dos ambientes de aprendizagem e na acessibilidade para

estudantes com necessidades especiais. Uma infraestrutura escolar adequada proporciona um ambiente propício ao aprendizado, contribuindo para a qualidade da educação e o bem-estar dos estudantes.

A formação de professores também é um aspecto relevante impactado pelas políticas educacionais e pelo financiamento do FUNDEB. Com recursos direcionados para programas de capacitação e desenvolvimento profissional, os professores têm a oportunidade de aprimorar suas habilidades pedagógicas, adquirir novos conhecimentos e se atualizar em relação às práticas educacionais mais eficazes (OLIVEIRA; LEIRO, 2019). Isso resulta em uma melhoria na qualidade do ensino, na promoção de metodologias inovadoras e no engajamento dos alunos.

Outro aspecto que Bomfim (2021) destaca é a importância da promoção da equidade na educação. Por meio das políticas educacionais e do financiamento adequado, assim busca-se reduzir as desigualdades sociais e regionais no acesso à educação de qualidade. O FUNDEB, por exemplo, destina recursos de forma mais igualitária, considerando fatores como o número de estudantes e a situação socioeconômica das regiões. Isso contribui para a redução das disparidades educacionais e para o aumento das oportunidades de aprendizagem para todos os estudantes, independentemente de sua origem ou local de residência. De acordo com Oliveira (2019, p.10), o FUNDEB:

[...] trata-se de um importante mecanismo distributivo dos recursos da educação e que possibilita aos entes menos favorecidos financeiramente proporcionar uma educação básica com a qualidade mínima necessária, tendo em vista que os recursos são vinculados às despesas com manutenção do ensino e valorização dos profissionais.

Através dessas políticas, é possível melhorar o desempenho acadêmico dos alunos, proporcionar uma infraestrutura escolar adequada, investir na formação de professores e promover a equidade educacional. Esses aspectos contribuem para uma educação de qualidade, que prepara os estudantes para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo e contribuir para o desenvolvimento de suas comunidades e do país como um todo.

Passos *et al.* (2018) descrevem que a descentralização se refere à transferência de autoridade e responsabilidade para os municípios e escolas, permitindo que tenham maior autonomia na tomada de decisões relacionadas ao financiamento e à gestão dos recursos educacionais. Por outro lado, a participação da comunidade envolve a inclusão de diferentes atores, como pais, estudantes, professores e membros da sociedade civil, no processo de definição, acompanhamento e avaliação das políticas educacionais.

A descentralização do financiamento, como o repasse de recursos para os municípios, busca aproximar a gestão dos recursos educacionais das necessidades específicas de cada localidade (FRANCK, 2022). Isso permite que as decisões sejam tomadas de maneira mais contextualizada, considerando as peculiaridades e demandas de cada região. Além disso, a descentralização promove a responsabilização dos gestores locais, incentivando a eficiência e a eficácia no uso dos recursos.

Nesse contexto, os conselhos de educação desempenham um papel importante na definição e monitoramento das políticas de financiamento. Esses órgãos colegiados, compostos por representantes da comunidade educacional e da sociedade civil, têm a função de garantir a participação democrática na tomada de decisões sobre a destinação dos recursos e a elaboração de planos e programas educacionais (SOUZA; PIRES, 2018). Os conselhos de

educação atuam como espaços de diálogo e deliberação, possibilitando a participação da comunidade na definição das prioridades e no monitoramento da utilização dos recursos educacionais. Alves e Viegas (2019, p.3) reforçam: “Conselhos podem ser espaços que apresentam dinâmica de participação, de abertura e de diálogo a serviço da educação, cooperando com o zelo da aprendizagem e defendendo o interesse coletivo, constitui-se numa instituição importante para a efetiva democratização da gestão educacional”. Essa abordagem contribui para a construção de um sistema educacional mais inclusivo, participativo e voltado para a melhoria da qualidade da educação oferecida aos estudantes.

## REFERÊNCIAS

BOMFIM, Daiesse Quênia Jaala Santos *et al.* **O investimento público enquanto vetor da qualidade do ensino.** 2021. Disponível em: <http://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/2592>. Acesso em: 02 jun. 2023.

COSTA, Michel da; TAVARES, Elisabeth dos Santos Tavares; COUTO, Maria Emília Couto. Financiamento da Educação Básica no Brasil—desconstrução e reconstrução político-histórica. **Revista Educação e Políticas em Debate**, p. 172-187, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/57746/>. Acesso em: 02 jun. 2023.

FRANCK, Luciana Nazaré de Souza. **A gestão descentralizada das políticas públicas de financiamento da educação: uma análise do Programa Dinheiro Direto na Escola.** 2022. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/43134>. Acesso em: 10 jun. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002;

GOMES, Sandra; MELO, Francymonni Yasmim Marques de. Por uma abordagem espacial na gestão de políticas educacionais: equidade para superar desigualdades. **Educação & Sociedade**, v. 42, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/y4pScPn3NtcrclFXQmTFGsjz/>. Acesso em: 16 jun. 2023.

JULIÃO, Cassiano Roberto Ferreira; PEREIRA, Luiz Ismael; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. O impacto do Programa Nacional de Assistência Estudantil no desempenho dos discentes brasileiros de baixa renda. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, p. 203-225, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/download/84021/48468>. Acesso em: 14 jun. 2023.

KARNOPP, Laerte Radtke. O novo FUNDEB e o dever de progressividade na concretização do direito à educação básica: um estudo histórico-comparativo dos fundos de financiamento. **Revista de Direito Tributário e Financeiro**, v. 6, n. 02, p. 01-20, 2020. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/2mpnbmtbjbg3bjeyqid6mqhvea/access/wayback/https://indexl> Acesso em: 02 jun. 2023.

- LEITE, Maria Iza Pinto de Amorim. **Impactos do FUNDEF**: estudo de caso da Rede Municipal de Educação de Vitória da Conquista. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/30048>. Acesso em: 11 jun. 2023.
- MENIN, Clarice Machado. **Investimento público**: considerações sobre políticas de incentivo para o ensino fundamental nos estados do Ceará e de Sergipe. 2022. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/30190>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- OLIVEIRA, Hosana Larissa Guimarães; LEIRO, Augusto César Rios. Políticas de formação de professores no Brasil: referenciais legais em foco. **Pro-posições**, v. 30, 2019. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/5278>. Acesso em: 11 jun. 2023.
- PASSOS, Carolina Ferraz; PRETA, Igor Fortes Catta; HORTA, Juliana Campolina Rebelo. **Política de descentralização orçamentária e autonomia das unidades educacionais**: o Programa de Transferência de Recursos Financeiros da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/25946>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- SANTOS, Alexsandro DO NASCIMENTO; CALLEGARI, Caio DE OLIVEIRA; CALLEGARI, Antonio Cesar Russi. Avaliação da equidade redistributiva da Complementação da União no Novo FUNDEB. **Education Policy Analysis Archives**, v. 30, p. (46)-(46), 2022. Disponível em: Acesso em: 14 jun. 2023.
- SANTOS, Hanna Caroline de Santana; VASCONCELOS, Joilson. Políticas públicas educacionais e a responsabilidade estatal. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 5, p. 2649-2658, 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10010>. Acesso em: 02 jun. 2023.
- SILVA, Rogério Luiz Nery; MASSON, Daiane Garcia. Direito fundamental social à educação de qualidade: projeto de vida e possibilidade de dano existencial. **Revista Brasileira de Direito**, v. 16, n. 2, p. 1-25, 2020. Disponível em: <http://seer.atitus.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/4353>. Acesso em: 02 jun. 2023.
- SOUZA, Ângelo Ricardo de; PIRES, Pierre André Garcia. As leis de gestão democrática da Educação nos estados brasileiros. **Educar em revista**, v. 34, p. 65-87, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/qLkpKmKtMCsK89ZY9yMN87H/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- VALADARES, Lara. Políticas públicas contemporâneas, de educação e saúde: o desafio de redução de desigualdades. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 15, n. 29, p. 97-122, 2022. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/6870>. Acesso em: 16 jun. 2023.

